ESCOLA TÉCNICA DO ARSENAL DE MARINHA

Termo de Referência 44/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
44/2026	740031-ESCOLA TÉCNICA DO ARSENAL DE MARINHA	OTAVIANO JOSE DE SANTANA NETO	26/11/2026 16:30 (v 0.7)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	99/2026	63450.000272/2026-79

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

MARINHA DO BRASIL

DIRETORIA INDUSTRIAL DA MARINHA

ESCOLA TÉCNICA DO ARSENAL DE MARINHA

Processo Administrativo n° 63450.000272/2026-79

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. A aquisição de equipamentos e instrumentos destinados ao Laboratório de Eletrônica da Escola Técnica do Arsenal de Marinha (ETAM) tem por finalidade atender às atividades práticas dos cursos relacionados à área de fibra óptica e sistemas de comunicação óptica, possibilitando a realização de treinamentos, experimentações laboratoriais, montagem, testes, manutenção e diagnóstico de enlaces ópticos.

Os materiais a serem adquiridos contribuirão para o desenvolvimento das competências técnicas dos alunos, proporcionando recursos adequados para a aplicação dos conhecimentos teóricos por meio de atividades práticas, utilizando ferramentas e componentes compatíveis com as tecnologias empregadas atualmente em redes de telecomunicações e infraestrutura óptica.

A contratação busca ampliar e modernizar a capacidade laboratorial da instituição, garantindo melhores condições para execução das instruções, aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem e capacitação técnica dos alunos dos cursos oferecidos pela ETAM, conforme as condições e exigências estabelecidas neste instrumento, nos termos da tabela abaixo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT		QUANTIDADE		

			UNIDADE DE MEDIDA		VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	**Clivador / Cortador de Fibra Óptica** Clivador de precisão para fibras ópticas de 125 µm (0,125 mm), fabricado em liga de alumínio de alta resistência, compatível com fibras monomodo e multimodo. Deve possuir comprimento de corte ajustável entre 5 mm e 20 mm, comprimento de clivagem de 9 mm a 16 mm para fibras com revestimento de 250 µm e de 10 mm a 16 mm para fibras com revestimento de 900 µm. Deve proporcionar ângulo de clivagem máximo de 1,5°, permitindo cortes de alta precisão para utilização em máquinas de fusão por arco elétrico. Deve possuir recipiente para coleta automática de resíduos de fibra, lâmina rotativa de alta durabilidade com múltiplas posições de corte, base antiderrapante e mecanismo de travamento para transporte. Dimensões aproximadas de 63 × 76 × 60 mm e massa aproximada de 0,45 kg.	453453	UN	3	R$ 267,00	R$ 801,00
2	**Máquina de fusão (splicer)** Máquina de fusão por arco elétrico com alinhamento automático por núcleo (Core Alignment) utilizando sistema de processamento digital de imagens (IPAS ou tecnologia equivalente), compatível com fibras ópticas conforme recomendações ITU-T G.651, G. 652, G.653, G.655 e G.657. Deve ser compatível com fibras de 250 µm e 900 µm, cabos de 2,0 mm, 3,0 mm e Drop Flat Cable. Deve permitir comprimento de clivagem de 8 a 16 mm para fibras de 250 µm e 16 mm para fibras de 900 µm. Deve apresentar perda típica de fusão máxima de: 0,02 dB para fibras monomodo (SM); 0,01 dB para fibras multimodo (MM); 0,04 dB para fibras DSF; 0,04 dB para fibras NZDSF. Deve possuir perda de retorno superior a 60 dB, tempo típico de fusão de até 9 segundos e tempo de aquecimento de protetores de emenda de 60 mm de até 30 segundos. Deve disponibilizar, no mínimo: 100 programas de fusão; 50 programas de aquecimento; memória interna para armazenamento de, pelo menos, 4.000 registros de fusão;	613664	UN	1	R$ 8.790,00	R$ 8.790,00

	duas câmeras CMOS para alinhamento e inspeção das fibras; ampliação mínima de 300× nos eixos X e Y e 170× em visualização simultânea; tela LCD colorida sensível ao toque (touchscreen) com dimensão mínima de 5 polegadas. A alimentação deve ser por bateria recarregável de íons de lítio ou polímero de lítio, com capacidade mínima de 7.800 mAh, autonomia mínima para 200 ciclos completos de fusão e aquecimento, fonte de alimentação bivolt automática (100–240 VCA), alimentação externa em corrente contínua e compatibilidade com alimentação veicular de 12 VCC.					
3	**OTDR (Reflectômetro óptico no domínio do tempo)** Faixa dinâmica:32/30dB, 1310/1550nm Zona Morta do Evento:< 2m Incerteza de distância: ±(0,75m + espaço da amostra + distância de medição × 0,003%) Resolução de amostragem: 0.05,0.1,0.2,0.5,1,2,4,8,16 m Faixa de distância: 0.4,0.8,1.6,3.2,6.4,16,32,64,128,256,512km(SMF); 0,4, 0,8, 1,6, 3,2, 6,4, 16, 32 (MMF de 850nm) Largura de pulso: 5,10,30,80,160,320,640,1280,5120,10240,20480ns 5,10,30,80,160,320,640,1280 (MMF de 850nm) Limite de perda: 0.01dB Pontos de amostragem: Até 128k Linearidade: 0.05dB/dB Resolução de perdas: 0.001dB Capacidade de memória: ≥800 traços (embutido) ≥65500 registros (1GB de armazenamento SD) Configuração do índice de refração do grupo: 1,00000 a 2,00000 (incrementos de 0,00001) Unidade de distância: km, m, kft, ft Visor: 640×480, TFT-LCD de 6,5 polegadas (tela sensível ao toque) Interface: USB, SD Conector óptico: FC/SC/LC (conector universal) Medidor de Potência Óptica: Faixa de comprimento de onda: 1270nm a 1700nm Faixa de medição exfiber: -60 a +3dBm Precisão de medição: 5% (-10dBm, CW)	448757	UN	1	R$ 4.400,00	R$ 4.400,00

	Fonte de alimentação: Adaptador AC 100 a 240V, 50 /60Hz, 1,5A DC:19V±2V(2A) Bateria de lítio integrada: 4400mAh, tempo de operação ≥8 horas					
4	**Power Meter (medidor de potência óptica)** Conector FC com Adaptador para SC ; Exibição simultânea linear (mW) e não linear (dB) ; Adaptador compatível com os conectores de 2,50mm (SC, FC, E2000 e ST). Painel com iluminação. Distância de medição: + 8 ~ 12km Tipo de sensor: Ingaas Tolerância (db): +0.2 (5%) Comprimento de onda padrão (nm): 850, 1300,1310, 1490,1550, 1625 Precisão (db): 0.01	628111	UN	3	R$ 328,58	R$ 985,74
5	**Light Source (fonte de luz para teste de fibra óptica)** Fonte de Luz Óptica PON portátil para testes em redes FTTx/GPON/EPON, compatível com fibra monomodo, operando nos comprimentos de onda 1310, 1490 e 1550 nm, com saída óptica estável, modos contínuo e modulado, conector óptico híbrido (SC/FC/ST ou equivalente), display LCD, alimentação por bateria recarregável com autonomia mínima de 20 horas, desligamento automático, resistente ao uso em campo, fornecida com adaptadores, estojo para transporte, manual e garantia mínima de 12 meses.	350560	UN	3	R$ 578,93	R$ 1.736,79

6	**Microscópio de inspeção de conectores** Microscópio de inspeção para fibras ópticas, portátil e de alta precisão, destinado à inspeção visual de conectores e terminações ópticas, compatível com adaptadores de 2,5 mm e 1,25 mm (SC, ST, FC, LC ou equivalentes), com ampliação adequada para identificação de impurezas, riscos e defeitos na face da fibra. Equipamento compacto, leve, de operação sem alimentação elétrica, fornecido com adaptadores, estojo para transporte, manual e garantia mínima de 12 meses.	627732	UN	3	R$ 481,00	R$ 1.443,00
7	**Identificador de fibra ativa** Detector de tráfego óptico ativo portátil, destinado à identificação de fibras ópticas em operação sem interrupção do enlace, com localizador visual de falhas (VFL) integrado de 10 mW, compatível com fibras monomodo e multimodo, faixa de operação de 800 a 1700 nm, indicação do sentido do tráfego por LEDs, detecção de presença de sinal óptico, equipamento compacto e leve para uso em campo, fornecido com estojo para transporte, manual e garantia mínima de 12 meses.	350560	UN	3	R$ 430,66	R$ 1.291,98

8	**Testador de Fibra óptica** Medidor de potência óptica portátil 3 em 1, com funções integradas de medidor de potência óptica, fonte de luz estável e localizador visual de falhas (VFL). Fonte de luz nos comprimentos de onda 1310 e 1550 nm; medidor de potência compatível com 850, 1300, 1310, 1490, 1550 e 1625 nm; VFL com potência mínima de 20 mW. Display colorido, medição em dBm e W, função de referência (REF), medição de perda por inserção (PEF), frequências de modulação CW, 270 Hz, 1 kHz e 2 kHz, bateria recarregável de íons de lítio, indicador de carga, desligamento automático, equipamento portátil para uso em campo, fornecido com estojo para transporte, carregador, manual e garantia mínima de 12 meses.	350560	UN	2	R$ 1.046,20	R$ 2.092,40
TOTAL ESTIMADO						**R$21.540,91**

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante no apenso II do Documento de Formalização da Demanda.

1.3. Os objetos desta contratação não se enquadram como bens de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **30 (trinta) dias** contados do recebimento da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Havendo divergência entre a descrição do item fornecida pelo CATMAT e aquela apresentada neste Termo de Referência, prevalecerá a especificação deste último.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A aquisição dos equipamentos permanentes destinados ao Laboratório de Eletrônica da Escola Técnica do Arsenal de Marinha (ETAM) tem por finalidade viabilizar a criação e implementação do Curso de Fibra Óptica, proporcionando a infraestrutura necessária para a realização das atividades práticas de ensino relacionadas aos sistemas de comunicação óptica.

Os equipamentos constituem recursos laboratoriais essenciais para o desenvolvimento das competências técnicas previstas no curso, possibilitando a execução de práticas relacionadas à preparação, instalação, fusão, inspeção, medição, certificação, manutenção e diagnóstico de enlaces de fibra óptica, utilizando instrumentos compatíveis com as tecnologias atualmente empregadas em redes de telecomunicações.

A disponibilidade desses recursos permitirá aos alunos a aplicação prática dos conhecimentos teóricos, reproduzindo situações encontradas em ambientes reais de operação, possibilitando o desenvolvimento de habilidades técnicas relacionadas à montagem, testes, análise de desempenho e identificação de falhas em sistemas ópticos.

A ausência desses equipamentos comprometeria a implantação do curso, limitando as atividades laboratoriais e reduzindo a efetividade do processo de ensino-aprendizagem, uma vez que a formação em fibra óptica exige treinamento prático com ferramentas e instrumentos específicos para garantir a capacitação adequada dos alunos.

A aquisição também contribuirá para a modernização e ampliação da capacidade do Laboratório de Eletrônica da ETAM, permitindo a formação de profissionais qualificados e alinhados às demandas tecnológicas atuais nas áreas de telecomunicações, infraestrutura de redes e sistemas de transmissão óptica.

Dessa forma, a contratação dos equipamentos permanentes é indispensável para assegurar a implantação, continuidade e qualidade do Curso de Fibra Óptica, contribuindo diretamente para a capacitação técnica dos alunos e para o fortalecimento da infraestrutura de ensino da ETAM.

2.3. A capacitação possui média estimada de quinze (15) alunos por turma, demandando infraestrutura laboratorial adequada e quantidade suficiente de equipamentos para possibilitar a execução das atividades práticas, garantindo a participação dos alunos e o desenvolvimento das competências previstas no curso.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do apenso II do Documento de Formalização da Demanda, apêndice deste Termo de Referência..

3.2. Os itens do objeto desta contratação, devem atender às Normas Regulamentadoras vigentes e ter as Certificações emitidas pelos órgãos competentes, sempre que aplicáveis ao material, além das características abaixo:

Item 1. Clivador / Cortador de Fibra Óptica

Função: Equipamento destinado ao corte de precisão de fibras ópticas para preparação de processos de fusão por arco elétrico;
Compatibilidade: Fibras ópticas monomodo e multimodo com diâmetro de 125 µm;
Material construtivo: Corpo fabricado em liga de alumínio de alta resistência;
Comprimento de corte: Ajustável entre 5 mm e 20 mm;
Comprimento de clivagem: 9 mm a 16 mm para fibras com revestimento de 250 µm e 10 mm a 16 mm para fibras com revestimento de 900 µm;
Precisão de corte: Ângulo máximo de clivagem de 1,5°;
Lâmina: Rotativa de alta durabilidade com múltiplas posições de corte;
Recursos adicionais: Sistema automático de coleta de resíduos de fibra, base antiderrapante e mecanismo de travamento para transporte;
Dimensões aproximadas: 63 × 76 × 60 mm;
Peso aproximado: 0,45 kg.

Item 2. Máquina de Fusão de Fibra Óptica (Splicer)

Função: Equipamento destinado à execução de emendas por fusão em fibras ópticas;
Tecnologia de alinhamento: Alinhamento automático por núcleo (Core Alignment) utilizando processamento digital de imagens ou tecnologia equivalente;
Compatibilidade: Fibras conforme recomendações ITU-T G.651, G.652, G.653, G.655 e G.657;
Tipos de fibra: Monomodo (SM), multimodo (MM), DSF e NZDSF;
Compatibilidade mecânica: Fibras de 250 µm e 900 µm, cabos de 2,0 mm, 3,0 mm e Drop Flat Cable;
Perda típica de fusão: Máxima de 0,02 dB para fibras SM, 0,01 dB para fibras MM, 0,04 dB para fibras DSF e 0,04 dB para fibras NZDSF;
Tempo de fusão: Até 9 segundos;
Tempo de aquecimento: Até 30 segundos para protetores de emenda de 60 mm;
Memória interna: Capacidade mínima para armazenamento de 4.000 registros de fusão;
Programas configuráveis: Mínimo de 100 programas de fusão e 50 programas de aquecimento;
Sistema de inspeção: Duas câmeras CMOS para alinhamento e análise das fibras;
Ampliação: Mínima de 300× nos eixos X e Y e 170× em visualização simultânea;
Display: Tela LCD colorida sensível ao toque (touchscreen) de, no mínimo, 5 polegadas;
Alimentação: Bateria recarregável de íons de lítio ou polímero de lítio com capacidade mínima de 7.800 mAh;
Autonomia: Mínima de 200 ciclos completos de fusão e aquecimento;
Fonte de alimentação: Bivolt automática (100–240 VCA), alimentação externa em corrente contínua e compatibilidade com alimentação veicular de 12 VCC.

Item 3. OTDR – Reflectômetro Óptico no Domínio do Tempo

Função: Equipamento destinado à análise, certificação e diagnóstico de enlaces de fibra óptica;
Comprimentos de onda: 1310 nm e 1550 nm;
Faixa dinâmica: 32/30 dB;
Zona morta de evento: Inferior a 2 metros;
Incerteza de distância: ±(0,75 m + espaço da amostra + distância de medição × 0,003%);
Resolução de amostragem: 0,05 m a 16 m;
Faixa de distância: Até 512 km para fibra monomodo (SMF) e até 32 km para fibra multimodo (MMF 850 nm);
Largura de pulso: De 5 ns a 20480 ns;
Limite de perda: 0,01 dB;
Pontos de amostragem: Até 128 mil pontos;
Linearidade: 0,05 dB/dB;
Resolução de perdas: 0,001 dB;
Memória: Mínimo de 800 traços internos e 65.500 registros em armazenamento externo;

Configuração de índice de refração: 1,00000 a 2,00000 com incrementos de 0,00001;
Unidades de distância: km, m, kft e ft;
Display: TFT-LCD de 6,5 polegadas com resolução mínima de 640×480 e tela sensível ao toque;
Interfaces: USB e cartão SD;
Conectores ópticos: FC/SC/LC (conector universal);
Medidor de potência integrado: Faixa de medição de -60 a +3 dBm, comprimento de onda de 1270 nm a 1700 nm;
Alimentação: Adaptador AC 100–240 V, DC 19 V ±2 V e bateria de lítio integrada de 4400 mAh com autonomia mínima de 8 horas.

Item 4. Medidor de Potência Óptica (Power Meter)

Função: Equipamento destinado à medição de potência óptica e avaliação de perdas em enlaces de fibra óptica;
Conector: FC com adaptador para SC;
Compatibilidade: Adaptadores para conectores de 2,5 mm (SC, FC, E2000 e ST);
Exibição: Leitura simultânea em escala linear (mW) e não linear (dB);
Sensor: InGaAs;
Comprimentos de onda: 850, 1300, 1310, 1490, 1550 e 1625 nm;
Faixa de medição: Aproximadamente +8 a +12 km;
Precisão: 0,01 dB;
Tolerância: ±5% (0,2 dB);
Recursos adicionais: Painel com iluminação.

Item 5. Fonte de Luz Óptica (Light Source)

Função: Equipamento destinado à geração de sinal óptico estável para testes e certificação de redes de fibra óptica;
Aplicação: Redes FTTx, GPON e EPON;
Compatibilidade: Fibra óptica monomodo;
Comprimentos de onda: 1310 nm, 1490 nm e 1550 nm;
Modos de operação: Contínuo e modulado;
Conector óptico: Híbrido SC/FC/ST ou equivalente;
Display: LCD;
Alimentação: Bateria recarregável com autonomia mínima de 20 horas;
Recursos adicionais: Desligamento automático, construção portátil para uso em campo, fornecida com adaptadores, estojo para transporte, manual e garantia mínima de 12 meses.

Item 6. Microscópio de Inspeção de Conectores Ópticos

Função: Equipamento destinado à inspeção visual de conectores e terminações de fibras ópticas;
Aplicação: Identificação de impurezas, riscos e defeitos na face da fibra;
Compatibilidade: Adaptadores de 2,5 mm e 1,25 mm para conectores SC, ST, FC, LC ou equivalentes;
Características: Equipamento portátil, compacto e de alta precisão;
Alimentação: Operação sem necessidade de alimentação elétrica;
Acessórios: Fornecido com adaptadores, estojo para transporte, manual e garantia mínima de 12 meses.

Item 7. Identificador de Fibra Óptica Ativa

Função: Equipamento destinado à identificação de fibras ópticas em operação sem interrupção do enlace;
Compatibilidade: Fibras monomodo e multimodo;
Faixa de operação: 800 a 1700 nm;
Recurso integrado: Localizador visual de falhas (VFL) com potência mínima de 10 mW;
Detecção: Identificação da presença de sinal óptico e indicação do sentido do tráfego por LEDs;

Características: Equipamento portátil, compacto e adequado para utilização em campo;
Acessórios: Fornecido com estojo para transporte, manual e garantia mínima de 12 meses.

Item 8. Testador de Fibra Óptica 3 em 1

Função: Equipamento multifuncional destinado à realização de testes em enlaces ópticos;
Funções integradas: Medidor de potência óptica, fonte de luz estável e localizador visual de falhas (VFL);
Fonte de luz: Comprimentos de onda de 1310 nm e 1550 nm;
Medidor de potência: Compatível com 850, 1300, 1310, 1490, 1550 e 1625 nm;
VFL: Potência mínima de 20 mW;
Medições: Leitura em dBm e W, função de referência (REF) e medição de perda por inserção (PEF);
Frequências de modulação: CW, 270 Hz, 1 kHz e 2 kHz;
Display: Colorido;
Alimentação: Bateria recarregável de íons de lítio com indicador de carga;
Recursos adicionais: Desligamento automático, equipamento portátil para uso em campo, fornecido com estojo, carregador, manual e garantia mínima de 12 meses.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Os equipamentos objeto desta contratação não possuem tratamento específico no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União. Dessa forma, em conformidade com as orientações do referido Guia, foram adotados critérios de sustentabilidade diretamente relacionados ao objeto da contratação, observando-se a legislação ambiental vigente, as normas técnicas aplicáveis e a redução dos impactos ambientais ao longo do ciclo de vida dos produtos, sem restringir indevidamente a competitividade do certame.

Itens 2, 3, 4, 5, 7 e 8 – Máquina de Fusão (Splicer), OTDR, Power Meter, Light Source, Identificador de Fibra Ativa e Testador de Fibra Óptica: por se tratarem de equipamentos eletroeletrônicos destinados à instalação, certificação, medição e manutenção de redes ópticas, recomenda-se a aquisição de produtos de elevada durabilidade, baixo consumo energético e fabricados em conformidade com a regulamentação ambiental vigente. Sempre que aplicável, deverão ser produzidos com restrição ao uso de substâncias perigosas, em conformidade com a Diretiva RoHS ou norma técnica equivalente, admitindo-se outros meios idôneos de comprovação. Os equipamentos alimentados por baterias recarregáveis deverão observar a legislação ambiental aplicável quanto à logística reversa e à destinação ambientalmente adequada desses componentes ao final de sua vida útil. No caso específico do Testador de Fibra Óptica, por integrar em um único equipamento as funções de medidor de potência óptica, fonte de luz e localizador visual de falhas (VFL), sua utilização contribui para a racionalização do consumo de recursos, reduzindo a necessidade de aquisição de múltiplos equipamentos e, consequentemente, a geração de resíduos eletroeletrônicos.

Itens 1 e 6 – Clivador/Cortador de Fibra Óptica e Microscópio de Inspeção de Conectores: recomenda-se a aquisição de equipamentos fabricados com materiais de elevada resistência mecânica e longa vida útil, reduzindo a necessidade de substituições prematuras e, consequentemente, a geração de resíduos. O Clivador de Fibra Óptica deverá possuir sistema para coleta dos fragmentos de fibra gerados durante a operação, contribuindo para a organização do ambiente de trabalho, para a segurança dos operadores e para a destinação ambientalmente adequada desses resíduos.

O Guia Nacional de Contratações Sustentáveis encontra-se disponível para consulta no portal da Advocacia-Geral da União.

Subcontratação

4.2. **Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.**

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Escola Técnica do Arsenal de Marinha (ETAM) - Praça Barão de Ladário, S/N – Centro - Rio de Janeiro, CEP: 20.091-000, Edifício 35, no período entre 08:00 às 16:30. 2º Sargento Higor. Contatos (21)2176-7726/7719/ Ligações celular (Whatsapp) (21) 97166-2786.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
5.5. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.
5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
5.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
5.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
5.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, já incluído nesse prazo o tempo necessário para eventual retirada e devolução do bem, a cargo do Contratado.
5.11. O prazo indicado no item anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
5.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
5.13. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
5.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
6.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a

contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a. der causa à inexecução parcial do contrato;
b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c. der causa à inexecução total do contrato;
d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3.Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária , no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das

penalidades.
8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.
8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;
8.12.2. a data da emissão;
8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
8.12.5. o valor a pagar; e
8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar

aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *do IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A13]

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado[A16] , os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA*,* exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. **75**, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com base no seguinte fundamento: para contratação que envolva valores inferiores a 14.133, de 1º de abril de 2021, com base no seguinte fundamento: R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br /empreendedor;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou

estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Disposições gerais sobre habilitação

9.21. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.22. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.23. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.24. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.25. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R$21.540,91** (vinte e um mil, quinhentos e quarenta reais e noventa e um centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 00001/740031;
II) Fonte de recursos: 105000144
III) Programa de trabalho: 174672

IV) Elemento de despesa: 449052; e

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 2 (dois) dias úteis,* contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato *Nota de Empenho*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das

sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Aviso de Dispensa Eletrônica,* no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. ***O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.***

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de *5 (cinco) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, *e da relação da rede de assistência técnica autorizada*;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. *A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

5.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.*

5.3. *Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:*

5.3.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

5.3.2. *poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para

alteração subjetiva.
5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
5.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
5.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
5.9.3. Indenizações e multas.
5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos **omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.**

7. ALTERAÇÕES
7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
7.3. s supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO
8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Rio de Janeiro, Seção Judiciária de Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92,§1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ... declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Rio de Janeiro - RJ, ... de ..... de 20.... .

_____

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

HIGOR CARVALHO DOS SANTOS

Equipe de apoio

Assinou eletronicamente em 26/11/2026 às 16:04:38.

JAMILLE DE CARVALHO SANTANA

Membro da comissão de contratação

Assinou eletronicamente em 26/11/2026 às 16:02:34.

SEBASTIAO DA SILVA LINS

Autoridade competente

Assinou eletronicamente em 26/11/2026 às 16:30:11.